

Percepção dos Professores das Escolas Jurisdicionadas a Superintendia Regional de Ensino de Barbacena de Ensino de Barbacena/MG em Tempos de Pandemia

Alexandre do Carmo Coelho
dickison.carvalho@hotmail.com
UFSJ

Pablo Luiz Martins
pablo@ufs.edu.br
UFSJ

Franciane de Oliveira Alvarenga
francianealvarenga@ufs.edu.br
UFSJ

Magna Leite Carvalho
magnaleite30@gmail.com

Dickison Leite Carvalho
dickison.carvalho@hotmail.com

Resumo: O cenário de pandemia mundial transformou a vida das pessoas, alterou rotinas, comportamentos e as relações humanas e apontou o distanciamento social como principal forma de evitar o contágio do vírus. A educação de uma forma geral foi diretamente impactada, houve modificação da forma de ensinar e aprender de professores e estudantes, e o ensino remoto foi uma forma encontrada para garantir a continuidade dos estudos, evidenciando, entre outros, a desigualdade na sociedade. O objetivo do presente trabalho é analisar a percepção de docentes da rede pública de ensino no período de pandemia na região de Barbacena-MG. Essas informações objetivam embasar decisões do poder público para a retomada das atividades normais e para projetos de melhorias nas diretrizes pedagógicas a médio e longo prazo. As informações foram colhidas diretamente de professores da rede estadual de ensino de escolas da região de Barbacena/MG, através de um questionário online. Os dados foram apresentados com uma análise descritiva e qualitativa das informações apuradas. Os resultados apontaram a pouca familiaridade dos professores com plataformas de ensino digitais e a desigualdade social como principais fatores que, além do cenário de pandemia, prejudicaram o alcance das metas de aprendizagem para o ano letivo corrente.

Palavras Chave: Educação - Pandemia COVID-19 - Ensino Remoto - Desafio - Professores

I. INTRODUÇÃO

O ano de 2020 ficará para sempre marcado na história da nossa civilização e, infelizmente, o motivo não é agradável. Uma pandemia, causada por um novo vírus da família dos coronavírus assolou todas as nações, trazendo prejuízos em todas as áreas da sociedade e, como não poderia deixar de ser, a educação se viu fortemente impactada.

Segundo informações do site do Ministério da Saúde (2020), a COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. A transmissão desse novo coronavírus foi identificado primeiramente em Wuhan na China, em dezembro de 2019. Desde então se disseminou sendo transmitido de pessoa a pessoa até se tornar uma pandemia mundial.

A facilidade da transmissão do coronavírus foi o que tornou a disseminação por todo o planeta tão rápida. O coronavírus pode ser transmitido de uma pessoa infectada para outra por contato próximo por contato físico (um simples aperto de mão ou abraço), gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro ou por objetivos, ou superfícies contaminadas, como celulares, talheres, brinquedos etc.

Portanto, para evitar o contágio, uma série de medidas se tornaram essenciais com destaque para o distanciamento social, com o objetivo de evitar aglomerações desnecessárias.

Figura 1 – Orientações do Governo Estadual para prevenção contra o coronavírus



Fonte: Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (2020)

O distanciamento social engloba o isolamento dos grupos de risco em suas residências e restrições para a circulação de pessoas apenas para serviços essenciais, seguindo regras determinadas pelo poder público. Neste contexto, todas as atividades escolares presenciais foram suspensas e o ensino a distância foi a uma forma encontrada para garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

Essa mudança repentina nas atividades escolares gerou transtornos para toda a classe estudantil. O ensino remoto exigiu particularidades que não eram comuns na educação básica, além de uma preparação que boa parte dos seus professores não tinham. A utilização de uma plataforma online de estudos é algo novo para muitos desses professores.

Quando o ensino remoto se tornou uma realidade para amenizar os prejuízos causados pelo coronavírus na educação, o poder público teve que se preocupar com o acesso de todos, professores e estudantes, aos meios tecnológicos necessários para o pleno desenvolvimento dos estudos de forma remota.

Em pouco tempo ficou claro que o desafio dos professores seria grande. Era evidente que a desigualdade social tão presente no nosso país seria um importante obstáculo a ser superado por estudantes, corpo docente, instituições de ensino e poder público. Nenhum aluno deve ser deixado de lado por não possuir as condições ideais para realizar seus estudos de forma remota. O ensino deve ser levado a todos os estudantes, sem exceções e em igualdade de condições, assegurando assim o previsto pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu Art. 205, que diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Normalmente, o ensino dos estudantes da educação básica ocorre integralmente com a presença física dos estudantes nas instituições de ensino, utilizando os recursos disponíveis dentro destas instituições. Com o novo cenário de pandemia, exigiu-se que os estudantes utilizassem o seu próprio lar como ambiente de estudo, utilizando os seus próprios recursos. É neste cenário, redimensionado pela urgência e pela falta de planejamento, que a desigualdade social se torna tão evidente, criando um dos maiores desafios para os professores.

O objetivo geral deste presente trabalho é descrever o trabalho do professor da educação básica em tempos de pandemia. Os objetivos específicos são: destacar as dificuldades encontradas pelos professores; a forma encontrada para superar essas dificuldades e garantir a continuidade do ensino dos seus estudantes; as perspectivas para o retorno ao ensino presencial; o aprendizado adquirido com essas dificuldades; e as suas visões sobre o cenário atual, destacando pontos a corrigir, melhorar e até a aproveitar para ser utilizado no retorno ao ambiente escolar.

Todos os professores entrevistados atuam na rede estadual de ensino, o que dá relevância social a esta pesquisa, por se tratar de uma rede pública e acessível para todas as classes e com alcance em todas as áreas, urbana e rural, dos municípios da região de Barbacena/MG.

Destaca-se a importância desta pesquisa, para toda a comunidade e principalmente para a administração pública, com percepções relevantes sobre o trabalho dos professores durante o período de pandemia. Os resultados foram separados por assuntos e apresentados neste trabalho com o auxílio de gráficos para melhor visualização dos resultados. Foram apresentadas também percepções importantes destacadas por alguns dos professores entrevistados. As informações colhidas poderão auxiliar nas tomadas de decisões da administração pública, com vistas a melhorar a sua atuação na resolução dos problemas causados pela pandemia na educação básica, no planejamento da retomada para o ensino presencial e na recuperação dos prejuízos detectados no ensino e aprendizagem dos estudantes.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Administração Pública e Processo Orçamentário

De acordo com Meirelles (2015, p. 68) “Numa visão global, a Administração é, pois, todo o aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas”. A satisfação das necessidades coletivas é a tecla a ser batida repetidamente. É a visar exatamente o bem coletivo é que as ações e decisões da administração pública são importantes, principalmente nesse caso específico de período de

pandemia, em que tomadas de decisões urgentes, disponibilidade e direcionamento de recursos, se torna fundamental para garantir o essencial, como segurança, saúde, e em especial para esta pesquisa, a educação. Conforme destacou Meirelles (2015, p. 90), “os fins da administração pública resumem-se num único objetivo: o bem comum da coletividade administrada”.

Neste momento, destacam-se os princípios básicos da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no Art. 37 da Constituição Federativa do Brasil de 1988 e com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 1998. De acordo com Meirelles (2015, p. 92), “por esses padrões é que deverão se pautar todos os atos e atividades administrativas de todo aquele que exerce o poder público”. Ainda segundo Meirelles (2015, p. 93-106):

- Legalidade: o administrador público está sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum;
- Impessoalidade: o administrador deve agir de forma impessoal, excluindo a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre as suas realizações administrativas;
- Moralidade: validade da conduta do administrador público, atuando segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
- Publicidade: divulgação oficial de todos os atos praticados pela administração pública para conhecimento público e início dos seus efeitos externos;
- Eficiência: a atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

Conforme se percebe, apesar de o momento exigir ações inovadoras, emergenciais e eficientes, estas ações devem estar totalmente dentro da legalidade, atendendo a cada um dos princípios básicos mencionados acima e, como sempre, buscando o bem coletivo e levando em consideração que os recursos são escassos. As decisões da administração pública devem estar, portanto, bem fundamentadas, e os gastos devem respeitar as despesas previstas para o ano financeiro, determinadas pela Lei Orçamentária Anual (LOA), que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado.

2.2 Processo Orçamentário em Período de Pandemia

Diversos instrumentos legais foram utilizados para amparar as decisões da administração pública, pelo Estado de Minas Gerais. Entre os instrumentos legais temos as resoluções, portarias, leis, deliberações, decretos, entre outros. Entre estes, destacamos os seguintes:

- Lei nº 23.579, de 15 de janeiro de 2020: estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais para o exercício financeiro de 2020. É originada do Projeto de Lei (PL) 1.167/19. Quando esta lei foi sancionada, ainda não existia no Brasil a propagação do novo coronavírus e por esse motivo não estavam previstas despesas para o combate da pandemia e a assistência à população prejudicada.
- Decreto nº 47.865, de 14 de fevereiro de 2020: dispõe sobre a programação orçamentaria e financeira do Estado de Minas Gerais para o exercício de 2020. Este Decreto seguia a previsão relacionada na Lei nº 23.579 e ainda não previa os impactos causados pela pandemia. Por isso, posteriormente teve a sua redação alterada pelo Decreto nº 47.904/2020.
- Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020: declara situação de emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória – Coronavírus. Neste momento, o Governo de Minas começou a sentir os impactos causados pela pandemia e precisou tomar as suas primeiras decisões. Este Decreto segue os termos da Lei Federal nº

13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

- Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020: reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (Covid-19). Este Decreto aplica o determinado pelo Art. 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que entre outros, dispensa o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho, quando as receitas não forem suficientes para atender as metas de resultado primário ou nominal estabelecidas, de acordo com o seu Art. 9º.

- Decreto nº 47.896, de 25 de março de 2020: institui o Comitê Gestor das Ações de Recuperação Fiscal, Econômica e Financeira do Estado de Minas Gerais – Comitê Extraordinário FIN COVID-19, visando acompanhar e propor medidas de natureza fiscal, econômica e financeira em razão dos efeitos da pandemia da doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus – Covid-19.

- Decreto nº 47.904, de 31 de março de 2020: Dispõe sobre o Plano de Contingenciamento de Gastos do Poder Executivo e altera o Decreto nº 47.865/2020.

- Lei nº 23.632, de 02 de abril de 2020: cria o Programa de Enfrentamento dos Efeitos da Pandemia de Covid-19 e autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado. Já ciente do prejuízo financeiro causado pela pandemia, o Governo de Minas aprova Lei onde cria projetos de enfrentamento ao coronavírus sob a responsabilidade das unidades orçamentárias informadas no seu Art. 2º e autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor de diversas unidades orçamentárias, conforme o seu Art. 3º.

- Lei Complementar nº 154, de 26 de junho de 2020: dispõe sobre a transposição e a transferência de saldos financeiros resultantes de parcerias e convênios firmados com o Estado e de saldos constantes dos Fundos de Saúde e dos Fundos de Assistência Social dos municípios, provenientes, respectivamente, de repasses da Secretaria de Estado de Saúde e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. Este Decreto autoriza os municípios a transposição e transferência de saldos financeiros remanescentes de exercícios anteriores, conforme o seu Art. 1º, enquanto durar o estado de calamidade pública declarado. Excetua nesse caso os convênios firmados com a Secretaria de Estado de Educação cujos recursos sejam vinculados ao percentual constitucional.

Como se percebe, a administração pública precisa agir de acordo com a Lei e, apesar de até certo ponto existir a autonomia dos Estados, Municípios e instituições de ensino nas decisões referentes ao retorno para o ensino presencial, o Estado de Minas Gerais tem buscado seguir as recomendações federais. Por isso, vários instrumentos legais seguem as regulamentações federais. Uma dessas regulamentações é o Parecer CNE/CP nº 15, de 06 de outubro de 2020, que estabelece diretrizes nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei Federal nº 14.040, de 18 de agosto de 2020. A Lei Federal estabeleceu normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Importante destacar que a Lei nº 14.040 determinou que o Conselho Nacional de Educação ficará responsável por estabelecer as normas educacionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. O Parecer CNE/CP nº 15 fez importantes recomendações, principalmente visando uma possível retomada das aulas presenciais, portanto foi uma importante fonte de consulta para a formulação das questões utilizadas neste trabalho.

Tem-se, portanto, novamente a figura do professor em destaque, como mediador entre a forma de ensino tradicional e implantada pelas instituições de ensino e a nova cultura digital, com novas potencialidades disponíveis, mas que exigem do docente uma nova articulação na transmissão do conhecimento, com novas abordagens pedagógicas, com a utilização de instrumentos motivadores para a prática de leitura, escrita e pesquisa nessa cultura digital.

3. METODOLOGIA

A coleta dos dados foi feita de uma fonte primária (RICHARDSON, 1999, p. 253), no período de 11 a 16 de novembro de 2020. Conforme Richardson (1999, p. 253), quando os dados são coletados diretamente da fonte primária existe uma relação direta com os fatos analisados, “existindo um relato ou registro da experiência vivenciada”. Ainda sobre a fonte primária para coleta dos dados, Richardson (1999, p. 253) diz:

Isso não garante a veracidade e exatidão do registro em termos absolutos. Qualquer pessoa que relata um acontecimento não o faz imparcialmente; apresenta a versão pessoal com suas distorções conscientes ou inconscientes. Portanto, a fonte “primária” não se refere à exatidão ou veracidade do registro, mas à minimização de interferência entre registro e o acontecimento.

Nesse caso, os dados foram coletados diretamente com professores de escolas jurisdicionadas à Superintendência Regional de Ensino de Barbacena (SRE Barbacena). Essa amostra foi escolhida pelo conhecimento sobre as escolas e pela facilidade no contato com os seus Diretores Escolares, pelo fato de o autor desta pesquisa ser um servidor da referida Superintendência Regional de Ensino. A região jurisdicionada à Superintendência Regional de Ensino de Barbacena possui um total de 24 cidades e 54 escolas. Segundo dados da Diretoria de Pessoal da SRE Barbacena enviado por email, entre designados e efetivos e tendo o mês de dezembro de 2020 como referência, existiam aproximadamente 1950 professores pertencentes à regional.

Um total de 93 (noventa e três) professores responderam ao questionário, porém um destes professores entrevistados não informou qual escola estadual trabalha, informando apenas o nome de uma escola municipal. Como a amostragem estipulada para esta pesquisa engloba apenas professores da rede estadual de ensino, as suas respostas foram desconsideradas. Dos professores entrevistados, 7 trabalham em duas escolas diferentes. Importante salientar agora que, mesmo que esses professores tenham informado que trabalham em mais de uma escola, responderam ao questionário apenas uma vez cada um, o que garante o mesmo peso para as respostas de todos os professores. Portanto, para efeito de análise neste trabalho foram consideradas 92 (noventa e duas) respostas recebidas e aceitas.

Para a entrevista e coleta das informações foi elaborado um questionário estruturado com 38 (trinta e oito) questões, sendo 32 questões de múltipla escolha, com respostas dispostas em escala, e 6 questões abertas. As “escalas são dispositivos formulados com o intuito da redução de dados, uma vez que várias respostas de um respondente podem ser reduzidas em um único valor, que expresse uma medida para o conceito latente pretendido”. (ORTIGÃO, 2009 apud PEREIRA e ORTIGÃO, 2016, p. 77).

Quando usamos escalas, as respostas estão pré-determinadas e o respondente, no caso professor, é solicitado a se posicionar, instituindo, dessa forma, uma situação que se diferencia de outras nas quais, por exemplo, o professor pode falar sobre como trabalha com os alunos. Por conta disso, abre-se mão de conclusões pontuais, centradas no indivíduo, porque não são oferecidas oportunidades para trabalhar com os particulares, com os detalhes, com as nuances que de fato caracterizam cada um dos indivíduos e sua opinião. O uso de escalas viabiliza uma fotografia panorâmica em um dado espaço e tempo, tendo como foco o que escolhemos para definir resolução de problemas, automatização e trabalho conjunto, bem como quanto aos procedimentos usados pelos docentes para avaliar formalmente os seus alunos. Nesse sentido, os resultados apresentados permitem entender os professores enquanto grupo, e não enquanto indivíduos. Mais ainda, enquanto grupo que precisou se posicionar nas alternativas de respostas apresentadas no instrumento para enunciados bastante específicos. (ORTIGÃO, 2009, p. 128 apud PEREIRA e ORTIGÃO, 2016, p. 75).

Foram abordados seis tópicos principais, sendo eles: o perfil do professor e do estudante; as ferramentas tecnológicas necessárias para o ensino remoto; o apoio e a preparação para o manuseio das novas ferramentas; o planejamento e a mudança na rotina das atividades; o resultado dessa nova rotina e a aferição da aprendizagem; e a expectativa para o retorno às atividades presenciais.

Para garantir a qualidade das respostas as questões foram objetivas e observáveis e todas as questões tiveram a opção para o entrevistado se abster de respondê-la, com as opções “não informar” ou “não sabe informar”. Portanto, todas as questões buscavam “[...] ser relevantes, no sentido de, sempre que possível, dar a oportunidade de *não responder* como uma resposta válida, evitando que o respondente minta para não deixar de responder”. (BABBIE, 1999 apud PEREIRA e ORTIGÃO, 2016, p. 76).

Entre as 6 questões abertas destacam-se: uma questão sobre o que poderá, na opinião do entrevistado, ser aproveitado do ensino a distância após o retorno ao ensino presencial; uma questão onde o entrevistado pôde fornecer informações que julgasse importantes sobre o desafio dos professores durante o momento de pandemia; e uma questão para sugestões e/ou críticas construtivas para a pesquisa. Com essas questões buscou-se abrir um espaço para dar voz aos professores, para que pudessem expor as suas dificuldades, desafios e sentimentos, de acordo com o tema da pesquisa.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

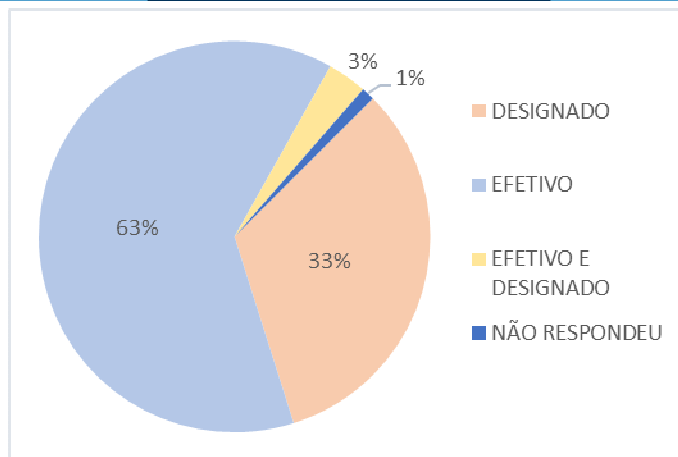
4.1 Perfil do Professor

Todos os professores entrevistados via questionário On-line são servidores designados ou efetivos da rede pública estadual de Minas Gerais e trabalham em escolas da região de Barbacena – MG. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a região possui uma população total estimada em 295.154 pessoas (2020). Para conhecimento sobre a realidade da região e seus habitantes tem-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da região pesquisada, que fica próximo de 0,717 (2010), puxado pela cidade de Barbacena que, como polo e principal cidade da região, centraliza quase metade de toda a população estimada da região, com 138.204 habitantes (IBGE, 2020), além do maior IDHM (0,769).

Neste tópico foi levantado o vínculo que o professor possui com o Estado, a modalidade de atuação na escola e a sua experiência como professor/orientador. 66% dos professores que responderam ao questionário têm ao menos um cargo de professor efetivo do Estado e 33% têm apenas cargo de professor designado. Apenas um professor não respondeu.

O caso dos professores designados exige atenção especial do Estado. São professores que ocupam o cargo apenas interinamente, geralmente quando o professor efetivo precisa se afastar por qualquer motivo. Neste caso, o professor pode ter ainda menos tempo para se adaptar à nova rotina de trabalho.

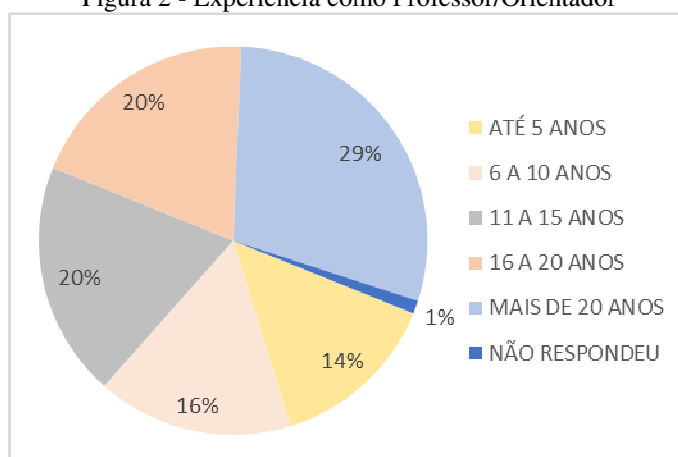
Figura 1 - Ligação do profissional com a Rede Estadual de Ensino



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Outra informação importante é referente à experiência desse professor na sala de aula, onde apenas 14% possui apenas até 5 anos de experiência e quase 70% já possui mais de dez anos de carreira.

Figura 2 - Experiência como Professor/Orientador



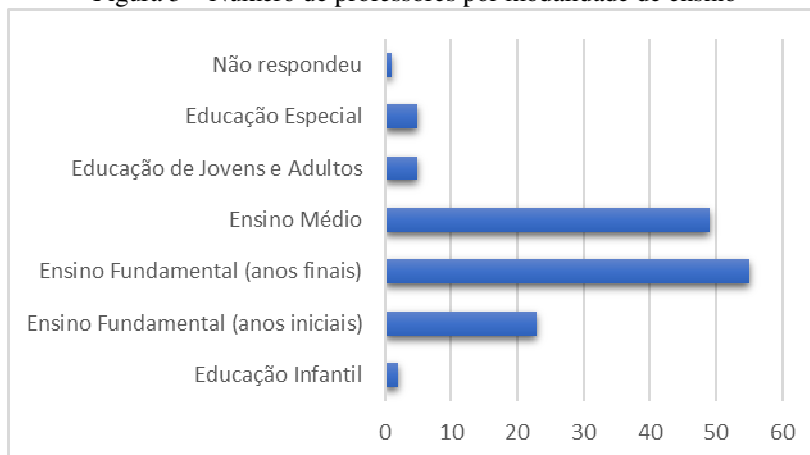
Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Fazendo um cruzamento de dados, a pesquisa identificou que dentre os entrevistados, apenas 6 professores designados possuem menos de 5 anos de experiência, porém, mesmo no momento dos questionários em que os professores ficaram livres para expor as suas colocações, nada foi informado por estes profissionais sobre as dificuldades enfrentadas na situação de professor designado.

Na questão da modalidade de ensino onde atua, foram aceitas mais de uma resposta, pois é comum os professores lecionarem em modalidades de ensino diferentes. Entre os professores entrevistados as modalidades de ensino mais citadas foram o Ensino Fundamental (Anos Finais), que foi citado 55 vezes; o Ensino Médio, citado 49 vezes; e o Ensino Fundamental (Anos Iniciais), citado 23 vezes. Já a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Especial foram citados por apenas 5 professores cada e a Educação Infantil por apenas 2 professores.

O Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais) e o Ensino Médio podem ser considerados, portanto, a grande fonte de dados para análise nesta pesquisa, pois de todos os professores que informaram atuar na Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial e a Educação Infantil, apenas dois destes não atuam em pelo menos uma das três principais modalidades de ensino descritas acima.

Figura 3 – Número de professores por modalidade de ensino

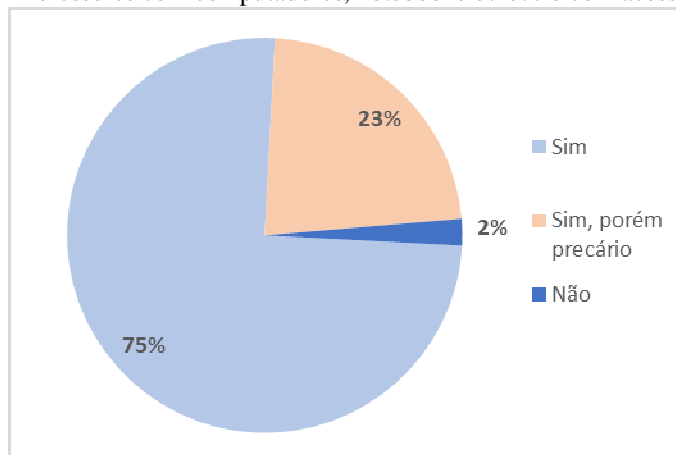


Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

4.2 Ferramentas Tecnológicas

Neste tópico, buscou-se descobrir as condições de trabalho e as ferramentas tecnológicas que professores e estudantes possuem à disposição. Quando questionados se possuíam computador ou notebook com acesso à internet, ferramentas importantes para montagem de videoaulas e demais materiais pedagógicos com eficiência, este não apresentou ser um problema para a maioria dos professores. Apenas dois professores relataram não possuir as ferramentas e 23% relataram que os recursos disponíveis não estavam em boas condições. O restante dos professores (75%) relatou possuir os equipamentos necessários e em boas condições.

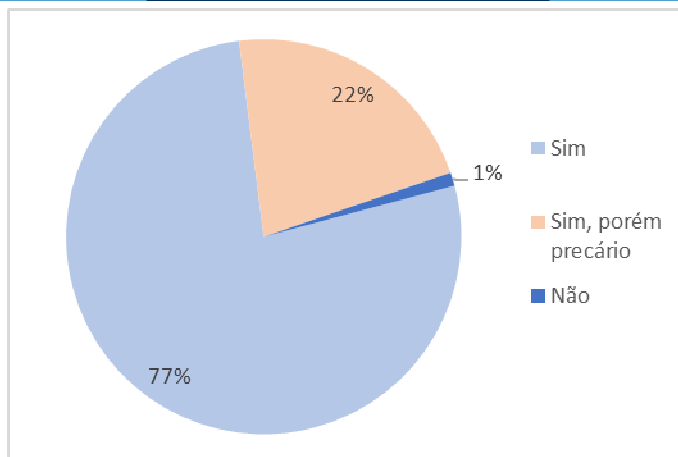
Figura 4 - Professores com computadores, notebooks ou outro com acesso à internet



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Atualmente, o Brasil de uma forma geral, está conectado. De fato, quando questionados se possuíam aparelhos móveis com acesso à internet, apenas um professor relatou não possuir, 22% relatou possuir os recursos, mas não nas condições ideais e o restante relatou possuir os equipamentos necessários.

Figura 5 - Professores com aparelhos móveis com acesso à Internet



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Mas não adianta apenas ter os recursos tecnológicos disponíveis e não saber utilizá-los, principalmente pelo caráter de emergência causado pelo momento de pandemia e o pouco tempo de capacitação disponível. Os professores foram, portanto, questionados sobre a familiaridade que possuem na utilização dos recursos tecnológicos necessários para o ensino a distância. Sobre a dificuldade de alguns dos professores lidarem com a tecnologia, Cordeiro (2020, p. 10) afirma que:

[...] nem todos os educadores brasileiros, tiveram formação adequada para lidarem com essas novas ferramentas digitais, precisam reinventar e reaprender novas maneiras de ensinar e de aprender. Não obstante, esse tem sido um caminho que apesar de árduo, é essencial realizar na atual situação da educação brasileira.

Apenas dois professores relataram não ter nenhuma familiaridade com a utilização dos recursos tecnológicos necessários. Interessante mencionar que estes dois professores informaram nas questões anteriores possuir todos os equipamentos necessários, o que pelo menos ajuda no desafio de capacitação em tão pouco tempo. Enquanto isso, os professores que relataram não possuir pelo menos um dos equipamentos questionados anteriormente, pelo menos possuem ao menos um pouco de familiaridade com estes recursos tecnológicos. Mais da metade dos professores informaram ter pouca familiaridade com os recursos tecnológicos, totalizando 59% nesta posição. Para 39% dos professores entrevistados a utilização destes recursos não será problema.

Se no Ensino presencial o papel do professor é fundamental, no Ensino remoto isso, provavelmente, também seria o caso, desde que este tivesse familiaridade com tecnologias e técnicas eficazes de Ensino a distância. No caso concreto, isso resultará na manutenção ou ampliação das desigualdades, dada a impossibilidade de desenvolver estratégias mais genéricas e robustas, no curto prazo, para suprir as carências no setor público. (OLIVEIRA, et al. 2020, s/p)

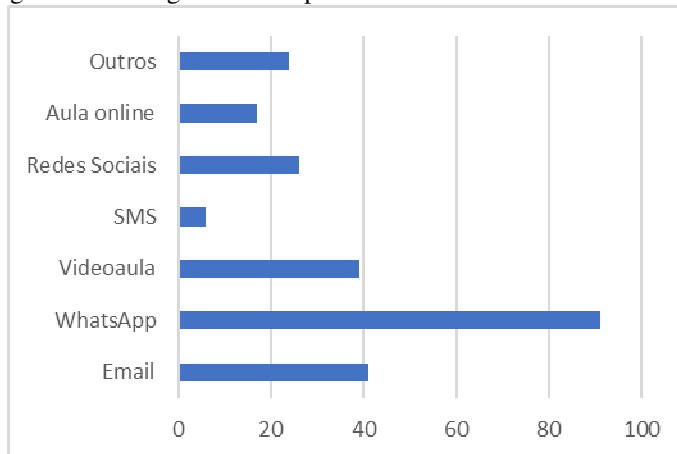
4.3 Rotina das Atividades

O questionário buscou também levantar informações sobre o planejamento e estratégia dos professores para o contato com os estudantes e a forma de ensino utilizada além da alteração na rotina das atividades. Sobre as ferramentas utilizadas para levar o aprendizado até os estudantes de forma remota foram aceitas mais de uma resposta, e de fato a maioria dos professores utilizou duas ou mais ferramentas diferentes para fazer esse contato com os estudantes. O WhatsApp é de longe a ferramenta mais utilizada pelos professores desta pesquisa, sendo citado por 91 dos 92 professores entrevistados. O que certamente explica essa

ampla utilização, podemos citar o fato de ser um aplicativo bastante difundido atualmente, gratuito, que facilita o envio de mensagens de texto, criação de grupos de pessoas, chamadas de voz e vídeo, envio de documentos diversos. Outras ferramentas bastante utilizadas são as aulas online, independentemente da plataforma escolhida, as redes sociais como Facebook, o envio de videoaulas prontas e o e-mail.

E-mail (44%), Videoaula (42%), Redes Sociais (28%) e Aula On-line (18%) também são utilizados com certa frequência. SMS foi citado por apenas 6% dos professores. 26% dos professores ainda informaram utilizar outras estratégias.

Figura6 - Estratégia utilizada para auxiliar no ensino dos estudantes



Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

4.4 Ponderações Importantes

No final da pesquisa, os professores foram questionados se pensavam que algo de positivo do ensino a distância e do trabalho remoto poderá ser aproveitado após o retorno ao presencial. Essa questão foi aberta para que os professores tivessem liberdade para expor as suas opiniões. Pelo menos 64 professores acreditam que algo de bom do ensino remoto possa ser aproveitado no ensino presencial. Para muitos dos professores entrevistados, as reuniões pedagógicas deveriam continuar a acontecer de forma remota, o que poderia agilizar o deslocamento de professores de outros municípios e reduzir custos. Um dos professores diz que além das reuniões pedagógicas o aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Educação poderia ser melhorado e ser usado continuamente por professores e estudantes, inclusive como opção para o envio de matérias complementares e atividades, além de manter o contato entre estudantes e professores fora da sala de aula.

O uso das tecnologias também foi citado por alguns professores, mas sempre considerando as desigualdades sociais evidenciadas pelo acesso à essas tecnologias. Um dos professores disse ainda que a metodologia utilizada no ensino a distância poderá ser aproveitada para dar um melhor suporte aos estudantes com mais dificuldade de aprendizagem.

O uso adequado e estruturado da tecnologia na Educação, quando aliado ao trabalho docente, pode impulsionar a aprendizagem dos alunos. Além disso, no mundo contemporâneo cada vez mais conectado exige o desenvolvimento de conhecimentos e competências específicas que precisam ser trabalhados na escola. O uso da tecnologia também pode ser central para auxiliar os docentes em determinadas tarefas mais simples, burocráticas e operacionais (por exemplo, o preenchimento de lista de presença e correção de atividades), liberando mais tempo para que possam se dedicar a tarefas demais alta complexidade e com maior impacto na aprendizagem dos alunos. CORDEIRO (2020, p. 11)

Dos professores entrevistados, apenas 11 acreditam que muito pouco ou nada poderá ser aproveitado. O restante não deu a sua opinião.

O formulário deixou, por fim, também um espaço para que os entrevistados pudessem expor alguma observação que julgasse relevante sobre o desafio de ensinar durante tempos de pandemia ou ainda alguma sugestão para a pesquisa. Muitos professores relataram que a desigualdade social ficou muito evidenciada com o ensino a distância, que o desafio foi enorme e o resultado foi pequeno.

Muitos relatos foram sobre o grande aumento na demanda do trabalho e pode-se perceber o estresse causado pela alteração repentina na rotina das atividades, sem planejamento, e com pouco retorno, tanto na participação dos estudantes quanto no nível de aprendizagem, o que acabou desmotivando alguns dos professores entrevistados. Um dos professores relata, por exemplo, que o PET (Plano de Estudos Tutorados) disponibilizado pelo Governo inclusive de forma impressa, o que serviria para auxiliar os estudantes que não têm acesso à internet ou os equipamentos tecnológicos necessários, não atendeu todas as expectativas. Informou ainda que alguns desses estudantes nem mesmo se dispuseram a buscar o material.

Segundo Cordeiro (2020, p. 10), deve-se “ter em mente o momento de estresse ao qual os professores estão submetidos, por serem demandados a exercer uma função para a qual não têm preparo, e o seu papel em apoiar e manter o engajamento dos alunos são pontos fundamentais para a educação, sem necessariamente cobrar muito do desempenho acadêmico nesse momento.

Foram citados também falhas na comunicação, desinformação, excesso de burocracia, falta de comprometimento de estudantes e familiares, falta de uma atuação mais dinâmica da Superintendência Regional de Ensino, falta de recursos tecnológicos, aplicativo pouco intuitivo e falta de prática para uso das tecnologias e conhecimentos em educação a distância.

Uma colocação interessante feita por um professor é de que o ensino remoto na educação básica evidenciou também que os estudantes não são preparados para a pesquisa. Esse professor acredita que a educação básica já poderia direcionar os estudantes para buscar o conhecimento e não apenas copiar a resposta.

A opção de um 4º ano facultativo para os estudantes do ensino médio também foi citada. O objetivo seria de preparar melhor esses estudantes para a sequência da vida escolar ou mercado de trabalho. A implantação para uso contínuo de uma plataforma EAD na educação básica também foi lembrada por alguns dos professores entrevistados.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos professores entrevistados atua em pelo menos uma das três principais modalidades de ensino da educação básica, que são o Ensino Fundamental (Anos Iniciais), o Ensino Fundamental (Anos Finais) e o Ensino Médio. Por essa razão não é possível fazer uma análise mais detalhada para as modalidades da Educação Infantil, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos.

A pesquisa apontou que a desigualdade social é um importante obstáculo e um desafio para os professores e escolas. O acesso aos equipamentos tecnológicos necessários com internet, conforme apontado nesta pesquisa, é um problema recorrente entre os estudantes. Esta é uma questão social que deve ser estudada pelo poder público de modo a criar alternativas para a melhoria da qualidade de vida desses estudantes e garantir que todos tenham acesso igual a todo conteúdo disponibilizado pelas instituições de ensino, mas essa é uma questão social que vai além do pesquisado neste presente trabalho.

A resolução deste problema envolve, entre outros, estudo de caso, previsão orçamentária, projetos, monitoramento e avaliação. Nem sempre a falta de acesso de determinado estudante à plataforma de ensino ocorre por questões financeiras. Pode ocorrer simplesmente pelo fato de o estudante residir numa região aonde não chega nenhum sinal de internet, por exemplo. Por este fato, essa é uma questão que exige atenção da Administração Pública.

O governo trouxe alternativas para que os estudantes que não têm acesso ao conteúdo disponibilizado de forma online pudessem utilizar o material impresso e, assim, continuar os seus estudos. Porém, de acordo com a pesquisa, essa solução não foi suficiente para melhorar a situação destes estudantes. O contato com os professores é importante para garantir o aprendizado dos estudantes. Se for considerado que todos os professores informaram que ao menos alguns dos seus estudantes não tinham acesso ao conteúdo online, este se mostrou um grande problema.

Com isso, coube ao professor assumir a responsabilidade e buscar alternativas para os problemas pertencentes a esferas maiores e utilizarem diferentes métodos de abordagem e ensino para alcançar o máximo de alunos possível. Essa questão social impactou negativamente na média de aprendizagem dos estudantes percebida pelos professores entrevistados. Considerando que a pesquisa foi feita num período em que nem existia ainda a previsão para a retomada do ensino presencial, deve-se considerar que os prejuízos tendem a ficar cada vez maiores. É indiscutível que os estudantes tiveram os seus estudos prejudicados.

No caso dos professores, o acesso ao conteúdo disponibilizado pareceu ser um problema de menor gravidade, facilitando a implantação da tecnologia nas suas práticas pedagógicas, porém, a falta de preparação para utilização dessas ferramentas foi um problema percebido. Claro que uma pandemia global não estava prevista, mas a pouca familiaridade dos professores na utilização dos recursos tecnológicos necessários para o ensino a distância trouxe um atraso considerável na rotina das atividades desses docentes.

Portanto, analisando os dados coletados, percebe-se que uma parte considerável das dificuldades enfrentadas por professores ocorreu simplesmente pela mudança repentina, sem planejamento, do método tradicional de ensino para o ensino a distância, com todas as suas particularidades e exigências.

Como não poderia deixar de ser, os prejuízos na aprendizagem dos estudantes causados pelo momento da pandemia exigirão uma retomada para o ensino presencial com um grande estudo do caso e aferição dos seus impactos. Fica evidente, portanto, a importância de uma avaliação diagnóstica para aferição da aprendizagem dos estudantes e uma dedicação especial para reparação e recuperação das lacunas de aprendizagem detectadas. Alternativas radicais levantadas na pesquisa, como aprovação ou reprovação automática de todos os alunos, não tiveram grande receptividade por parte dos professores entrevistados. A alternativa mais aceita foi a de uma avaliação de cada caso individualmente.

Essa alternativa tem se mostrado vaga, sem detalhes ou informações sobre sua utilização na prática, o que retrata exatamente o ambiente de incertezas entre professores e até mesmo na Administração Pública. Essa opção seria apenas uma válvula de escape, enquanto uma decisão mais concisa e efetiva não é encontrada. A opção de unir os anos letivos de 2020 e 2021 com uma avaliação ao final do biênio tem demonstrado ser, por enquanto, a alternativa mais concisa a ser utilizada, principalmente pelo fato de que abre opções para a avaliação e dá tempo para a recuperação da aprendizagem dos estudantes durante o ano de 2021.

O problema, nesse caso, será a recuperação dos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental que planejavam mudar de escola e os estudantes do 3º ano do Ensino Médio que planejavam ingressar numa Universidade ou concorrer a concursos públicos, por exemplo, e que por isso não possuem esse prazo extra para recuperação. Para esses estudantes os prejuízos vão além do atraso na aprendizagem e será necessária uma atuação mais rápida da Administração Pública em avaliar a situação e criar alternativas para minimizar esses

prejuízos e, até o momento, não existe uma definição por parte do poder público para esses casos.

Deve-se considerar, como já dito anteriormente, que durante a pesquisa ainda não existia a previsão de retomada para as atividades presenciais. Não existia nenhuma perspectiva para o fim do período de pandemia global. Portanto, essas incertezas realmente dificultam em uma tomada de decisão mais efetiva por parte da Administração Pública. Porém, essas indefinições geram um clima de estresse e desmotivação entre os professores.

A única unanimidade até o momento é a necessidade de uma avaliação diagnóstica no retorno ao ensino presencial. Essa avaliação será essencial para perceber o tamanho do prejuízo e embasar as decisões que serão tomadas e que serão importantes para a sequência da vida escolar dos estudantes.

Os resultados da pesquisa destacaram a importância de uma maior utilização das tecnologias de informação na educação básica, quando ficou evidente o despreparo e a pouca familiaridade de uma parcela considerável dos professores entrevistados na utilização das ferramentas tecnológicas disponíveis, o que gerou dificuldade na transmissão do conteúdo e atividades aos estudantes. Com isso, o presente trabalho deixa a sugestão ao Poder Público, da implantação e utilização continuada da tecnologia na educação básica, o que poderia se dar, por exemplo, através de uma plataforma continuada de estudos para estudantes e professores. Essa introdução deverá ser planejada e ocorrer de forma inteligente para trazer o maior número de benefícios possível.

De acordo com a pesquisa, a aplicação da tecnologia é vista com bons olhos por parte dos professores entrevistados que enxergam na tecnologia uma ferramenta que poderá ser útil para dar continuidade no contato com o aluno quando fora da sala de aula e na atenção especial para os alunos com maior dificuldade. As reuniões pedagógicas de forma online também podem trazer benefícios, como a redução de custos com viagens de professores de outros municípios e ganho de tempo considerável que poderá ser empregado em outras atividades pedagógicas.

Claro que a desigualdade social, o desafio da conectividade, os problemas de disponibilização de recursos tecnológicos e a falta de treinamento específico dos professores devem ser levados em consideração. Percebe-se, portanto, a necessidade de um amplo estudo para identificar a viabilidade e garantir o melhor ganho possível na utilização de tecnologias para auxiliar na aprendizagem dos estudantes e no trabalho dos docentes. Essa é, portanto, uma sugestão com base nas informações colhidas nesta pesquisa.

A adesão a essa nova realidade mostra-se importante para criar uma “cultura de tecnologia” no corpo docente das instituições de ensino. Uma boa parcela da dificuldade dos professores entrevistados se deu pelo fato de não possuírem familiaridade com os recursos tecnológicos disponíveis, o que aumentou a desmotivação e estresse. Quando essa utilização se tornar algo comum na carreira profissional do docente, este poderá se adaptar com maior facilidade a cada mudança nas aplicações que utilizará nas suas tarefas e ao desenvolvimento tecnológico de forma geral.

Em momentos como esse poderá resultar em ganhos de tempo importantes para diminuir o prejuízo dos seus estudantes. Deve-se considerar, nesse caso, a utilização da tecnologia não apenas em período de emergência, mas em toda a vida escolar dos estudantes. A pandemia e a obrigatoriedade da utilização do ensino remoto na educação básica nestas circunstâncias trazem impactos negativos importantes na aprendizagem dos estudantes de qualquer forma. O que se concluiu nesta pesquisa é que o despreparo de estudantes e professores em se adaptar à nova realidade, aliado à desigualdade social e problemas no acesso ao conteúdo disponibilizado, redimensionou esse prejuízo para um nível maior. A dificuldade do próprio poder público em dar uma resposta com maior agilidade e segurança nesse momento criou um ambiente de incertezas, o que levou uma parcela considerável de professores à desmotivação e ao sentimento de falta de apoio do Estado.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. Telefonia Móvel. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/paineis/acessos/telefoniamovel>> Acesso em: 07 dez. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 03 nov. 2020.

BRASIL. Decreto legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm> Acesso em: 03 nov. 2020.

CORDEIRO. Karolina Maria de Araújo. O impacto da pandemia na Educação: a utilização da tecnologia como ferramenta de ensino. Faculdades IDAAM. Amazonas, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.idaam.edu.br/jspui/handle/prefix/1157>> Acesso em: 21 nov. 2020.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Educação escolar em tempos de pandemia. Informe nº 1 - Educação escolar em tempos de pandemia na visão de professoras/es da Educação Básica. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/fcc/educacao-pesquisa/educacao-escolar-em-tempos-de-pandemia-informe-n-1>> Acesso em: 04 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Portal Cidades. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acesso em: 13 nov. 2020.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. FILHO, José Emmanuel Burle (colaboração). 42. ed. atual. até a Emenda Constitucional 90, de 15.9.2015. – São Paulo: Malheiros, 2016.

MINAS GERAIS. Decreto com numeração especial 113, de 12 de março de 2020. Declara situação de emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória. <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DNE&num=113&comp=&ano=2020>> Acesso em: 03 nov. 2020.

MINAS GERAIS. Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020. Reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19). Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=47891&ano=2020&tipo=DEC>> Acesso em: 05 jan. 2021.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Coronavírus. Disponível em: <<http://coronavirus.saude.mg.gov.br/>> Acesso: 04 nov. 2020.

MORAIS, Anuar Daian de Moraes e FAGUNDES, Léa da Cruz. Diálogo – Ética e Educação, Canoas, RS, n. 19, p. 97-113, jul-dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/issue/view/37/showToc>> Acesso em: 06 dez. 2020.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. Ensaio: aval.pol.públ.Educ, Rio de Janeiro, v. 28, n. 108, p. 555-578, Setembro, 2020. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362020000300555&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 nov. 2020.

PEREIRA, Guilherme e ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. Pesquisa Quantitativa em Educação: Algumas Considerações. Rio de Janeiro, Revista Periferia, v. 8, n. 1, p. 66-79. jan./jun. 2016. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/issue/view/1479/showToc>> Acesso em: 05 dez. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry; colaboradores PERES, José Augusto de Souza et al. Pesquisa Social: Métodos e Técnicas. 3. ed. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.